

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.



OCUPAÇÕES PRECÁRIAS NA CIDADE-REGIÃO DE BELÉM

Precarious occupations in the city-region of Belém

Ocupaciones precarias en la ciudad-región de Belém

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

Willame de Oliveira Ribeiro ¹, Natália Souza Pinheiro ² e Leandro Maciel Sarrazin da Rosa ³

¹ Universidade do Estado do Pará, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, Brasil. E-mail: willame@uepa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3692-4224>

² Universidade do Estado do Pará, Licenciatura em Geografia, Belém, Brasil. E-mail: natalia.pinheiro@aluno.uepa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8487-5514>

³ Universidade do Estado do Pará, Licenciatura em Geografia, Belém, Brasil. E-mail: leandro.rosa@aluno.uepa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3038-7731>

Recebido: 06 de maio de 2023; Aceito: 24 de janeiro de 2024; Publicado: 11 de julho de 2024

DOI: <https://doi.org/10.26512/2236-56562024e48466>

RESUMO

Belém vem sendo, nos últimos anos, assinalada por um processo de urbanização regional policêntrica que produz uma cidade-região com espaços de consumo disseminados, disparidade de renda dos grupos sociais das áreas dispersas, desenvolvimento de outras centralidades e configuração de novos espaços precários cada vez mais distantes do núcleo metropolitano. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar a natureza das novas ocupações nas bordas do espaço metropolitano de Belém, sua inserção no processo de urbanização regional e seus rebatimentos em termos do direito à cidade e da justiça espacial. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem qualitativa e estudo de caso em Mosqueiro e Santa Bárbara do Pará, com levantamentos bibliográficos e documentais, trabalhos de campo exploratórios e para efetivação de entrevistas. Constataram-se aspectos importantes relativos à precariedade da moradia nas ocupações estudadas, Bairro Novo, em Mosqueiro, e Comunidade Juquilândia, em Santa Bárbara do Pará, com carências em serviços e infraestruturas, gerando limites quanto à garantia do direito à cidade dos seus moradores.

Palavras-Chave: Moradia, Direito à cidade, Justiça Espacial, Mosqueiro, Santa Bárbara do Pará.

ABSTRACT

Belém has been, in recent years, marked by a polycentric regional urbanization process that produces a city-region with dispersed consumption spaces, disparity in income of social groups in dispersed areas, development of other centralities and configuration of new increasingly precarious spaces y more distant from the metropolitan core. In this context, the objective of this research was to analyze the nature of the new occupations on the edges of the metropolitan space of Belém, their insertion in the regional urbanization process and their repercussions in terms of the right to the city and spatial justice. For that, a qualitative approach and case study in Mosqueiro and Santa Bárbara do Pará were used, with bibliographical and documental surveys, exploratory fieldwork and interviews. Important aspects related to the precariousness of housing were found in the occupations studied, Bairro Novo, in Mosqueiro, and Comunidade Juquilândia, in Santa Bárbara do Pará, with deficiencies in services and infrastructure, creating limits regarding the guarantee of the right to the city of its residents.

Keywords: Housing, Right to the city, Space Justice, Mosqueiro, Santa Bárbara do Pará.

RESUMEN

Belém ha estado, en los últimos años, marcada por un proceso de urbanización regional policéntrica que produce una ciudad-región con espacios de consumo dispersos, disparidad en los ingresos de los grupos sociales en zonas dispersas, desarrollo de otras centralidades y configuración de nuevos espacios cada vez más precarios y distantes del núcleo metropolitano. En ese contexto, el objetivo de esta investigación fue analizar la naturaleza de las nuevas ocupaciones en los bordes del espacio metropolitano de Belém, su inserción en el proceso de urbanización regional y sus repercusiones en términos del derecho a la ciudad y la justicia espacial. Para ello, se utilizó un enfoque cualitativo y estudio de caso en Mosqueiro y Santa Bárbara do Pará, con levantamientos bibliográficos y documentales, trabajo de campo exploratorio y entrevistas. Aspectos importantes relacionados con la precariedad de la vivienda fueron encontrados en las ocupaciones estudiadas, Bairro Novo, en Mosqueiro, y Comunidade Juquilândia, en Santa Bárbara do Pará, con deficiencias en los servicios e infraestructura, creando límites en cuanto a la garantía del derecho a la ciudad de sus residentes.

Palabras clave: Vivienda, Derecho a la ciudad, Espacio Justicia, Mosqueiro, Santa Bárbara do Pará.

1. Introdução

A partir dos anos 1970, um processo de reestruturação começou a ganhar forma em Belém, capital do estado do Pará, e tinha na dispersão dos espaços de moradia o seu principal vetor, conforme se constata a partir de Trindade Júnior (1998). Em termos socioespaciais, ele resultou na ampliação das desigualdades, já que foram basicamente grupos de baixa renda que compuseram tanto o movimento de saída dos espaços centrais, principalmente das baixadas, como de entrada no espaço metropolitano, advindos de realidades integrantes da área de influência de Belém, configurando, desse modo, grandes espaços periféricos com infraestrutura precária. Ao passo que os espaços centrais registraram (e ainda registram) melhores condições de infraestrutura, sendo ocupados, em geral, por grupos de maior poder aquisitivo.

Até os anos 1990, apenas alguns condomínios horizontais de alto padrão estavam presentes nas áreas dispersas do espaço metropolitano de Belém e distantes do núcleo da metrópole, ou seja, prevalecia amplamente a condição de periferia desses espaços distantes. Entretanto, passadas duas décadas, essa realidade ganhou novos contornos, isto é, apesar do processo de dispersão urbana continuar sendo uma grande marca da dinâmica socioespacial de Belém, existe diferenças substanciais em relação ao que se verificava nos anos 1980 e 1990.

Atualmente, os espaços a assumir feições mais precárias, especialmente aqueles oriundos de ocupações, situam-se nas novas bordas do espaço metropolitano, o que inclui áreas dos municípios de Marituba, Benevides, Santa Bárbara e do Distrito de Mosqueiro. Nesses espaços, uma série de questões relativas ao direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e à justiça espacial (SOJA, 2014; CARLOS, ALVES, PADUA, 2017;) ganham forte conotação, principalmente diante da precariedade dos serviços e das infraestruturas locais e das grandes distâncias para os espaços centrais da cidade-região.

O distrito de Mosqueiro, no município de Belém, e o município de Santa Bárbara do Pará, componentes do espaço metropolitano de Belém, são espaços que vêm se sobressaindo quanto à produção de novas moradias precárias e, por isso, são foco da análise aqui desenvolvida, norteadas pelos seguintes questionamentos: quais as características das ocupações das bordas do espaço metropolitano de Belém? Como os moradores dessas ocupações percebem sua condição no espaço metropolitano? Como

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

essas ocupações se apresentam do ponto de vista do direito à cidade e da justiça espacial? Como as ocupações se articulam com os espaços centrais da metrópole e se inserem no processo de urbanização regional de Belém?

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a natureza das novas ocupações nas bordas do espaço metropolitano de Belém, sua inserção no processo de urbanização regional e os seus rebatimentos em termos do direito à cidade e da justiça espacial. Por conseguinte, pretendeu-se especificamente: identificar ocupações recentes nas bordas do espaço metropolitano de Belém e suas características em termos de serviços e de infraestrutura básica; verificar a percepção dos seus moradores com relação a sua condição no espaço metropolitano; entender as ocupações do ponto de vista do direito à cidade e da justiça espacial; compreender as articulações dessas ocupações com os espaços centrais da metrópole e a sua forma de inserção no processo de urbanização regional de Belém.

Além desse tópico introdutório e da conclusão, constam no artigo outras cinco seções. A primeira se volta aos procedimentos metodológicos adotados na realização do estudo. A segunda debate os fundamentos teóricos do trabalho. Na terceira seção, há um enfoque no processo de metropolização de Belém e na posterior configuração da cidade-região. A quarta e a quinta partes apresentam as realidades das ocupações precárias em Santa Bárbara do Pará e Mosqueiro.

2. Metodologia

O estudo do direito à cidade e da justiça espacial nos novos espaços de dispersão de Belém, sua urbanização regional e ocupações precárias está pautado numa abordagem qualitativa. Por conseguinte, essa investigação exige o contato direto com a realidade das ocupações, tornando-a principal fonte de informações para a compreensão da vivência dos moradores e suas relações com a cidade-região de Belém.

Além da perspectiva qualitativa, também assinala a investigação o estudo de caso, o qual, conforme Gil (2008, p. 57-58), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Para tanto, escolheu-se o distrito de Mosqueiro e o município de Santa Bárbara do Pará, como lócus de estudo, tendo em vista sua condição de proximidade com o entorno metropolitano.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

Quanto aos procedimentos metodológicos, fez-se, inicialmente, um levantamento bibliográfico, com a busca de obras de referência sobre os conceitos de produção do espaço urbano, urbanização regional policêntrica, cidade-região, ocupações, inclusão precária, segregação socioespacial, direito à cidade e justiça espacial.

Em seguida, realizou-se um levantamento documental sobre as ocupações surgidas recentemente no distrito de Mosqueiro e no município de Santa Bárbara. A procura por registros foi realizada nos seguintes órgãos públicos: Secretaria de Habitação e Agência Distrital de Mosqueiro, vinculadas à Prefeitura Municipal de Belém; Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará; Companhia de Habitação do Estado do Pará, vinculada ao governo do Estado do Pará. Também foram utilizadas bases digitais de dados, especialmente aquelas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, tanto no que se refere aos dados dos Censos Demográficos Brasileiros quanto àqueles relativos aos aglomerados subnormais em Mosqueiro e Santa Bárbara do Pará.

O terceiro momento foi reservado para a realização de trabalhos de campo em ocupações precárias com o objetivo de coletar dados por meio da observação sistemática, realizar levantamentos fotográficos, colher informações para subsidiar a elaboração de mapas e roteiros de entrevistas. Com base nessa exploração de campo foram selecionadas as ocupações Bairro Novo, em Mosqueiro, e Comunidade Juquilândia, em Santa Bárbara do Pará, para o desenvolvimento dos estudos de caso.

Posteriormente, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com moradores de ocupações. Foram realizadas 10 entrevistas no Bairro Novo e 10 na Comunidade Juquilândia, todas elas gravadas, transcritas e analisadas, bem como efetivadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram entrevistados moradores de distintos gêneros e idades e de diversas localizações nas ocupações.

Antes de seguir com a análise da realidade concreta das ocupações nos novos espaços de dispersão da cidade-região de Belém, são apresentadas as bases teóricas da investigação.

3. Fundamentos teóricos: metropolização, urbanização regional, direito à cidade e ocupações precárias

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

O espaço geográfico, segundo Santos (2006, p. 39), “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Deste modo, o espaço seria composto por diversos objetos conectados entre si, produzidos pelo ser humano ou resultados da natureza. Os sistemas de ações seriam também integrantes do espaço, porque toda ação acontece devido a necessidades, naturais ou sociais, que modificam a realidade. Em Lefebvre (2006) verifica-se um entendimento assemelhado a este, o espaço seria tanto um produto das relações sociais, especialmente as de produção, como também um produtor, uma vez que interfere nas ações humanas, exercendo influência e resistência a transformações.

Tratando especificamente do espaço urbano, Corrêa (1995) o entende como um conjunto de diversos usos da terra que estão justapostos entre si e organizam espacialmente a cidade, sendo fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, assim como um conjunto de símbolos e campo de lutas. Para ele, “tais usos definem atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão” (CORRÊA, 1995, p.7). O espaço urbano, assim como em Santos (2006) e Lefebvre (2006), é tomado como condicionante das ações sociais.

A produção do espaço urbano, na visão de Corrêa (1995), se dá a partir das ações de uma diversidade de agentes sociais concretos, a maior parte deles interessados na acumulação de capital. O agente produtor do espaço urbano que mais se distancia disso são os grupos sociais excluídos, ou como aqui se prefere, os grupos sociais precariamente excluídos, já que estes, diante de suas dificuldades em conseguir moradia na cidade, promovem, como forma de resistência e estratégia de sobrevivência, ocupações de terrenos públicos ou privados, utilizando-se do mecanismo da autoconstrução para produzir moradias e garantir sua inserção, mesmo que precária, no espaço urbano.

Apesar dessa realidade da produção desigual do espaço urbano, particularmente dos espaços de moradia, não ser específica de um tipo ou de um tamanho de cidade, nas metrópoles ela tem se evidenciado mais grave. As metrópoles encontram-se no topo da hierarquia urbana de um país e o grau de complexidade que elas desempenham pode promover uma atuação de grande destaque na hierarquia urbana a nível internacional (DAVANZO et al., 2011). O processo de formação de uma metrópole, a

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

metropolização, ocorre na medida em que uma cidade ganha importância, complexidade e multifuncionalidade.

Segundo Di Méo (2008, p. 03), o termo metropolização diz respeito a processos, que caracterizam “[...] tanto as formas quanto as funções e as dinâmicas dos maiores agrupamentos humanos de nosso tempo”, mas ressalta que o mesmo não pode ser confundido com o processo de urbanização nem com a globalização:

[...] a metropolização que não significa urbanização *stricto sensu*, e nem se confunde totalmente com a globalização [...], se observa a partir de um nível mínimo de concentrações humanas mais ou menos difusas. Trata-se de um mínimo pouco preciso, o de aglomerações de algumas centenas de milhares de habitantes (se avizinhamo a um milhão?) dispostos em torno de um ou de vários centros urbanos... Até constituir conjuntos territoriais agrupando de uma a duas, ou até três dezenas de milhões de indivíduos, dentre os mais expressivos entre eles.

De fato, no conjunto dos espaços qualificados como metropolitanos se percebe uma razoável diversidade de realidades, abarcando desde metrópoles regionais ou nacionais, cujos papéis no âmbito da rede urbana estão restritos à escala regional ou nacional, a metrópoles mundiais, isto é, cujos papéis se evidenciam em conjuntos supranacionais.

Na palavra “metrópole”, sabe-se contem “póle” certamente, *poli*, a cidade, mas também “pólo” (latim *polus* e grego *polos*), quer dizer o pivô sobre o qual gira uma coisa, um centro e um eixo em torno do qual se desenvolve uma dinâmica, um movimento; não são os pólos os dois pontos virtuais pelos quais passa o eixo de rotação da Terra? Mas o “pólo” é também um ponto que atrai (pólo de atração) em um dado campo magnético, metáfora possível de um espaço geográfico e social submetido às leis físicas. Se ele atrai, é porque ele irradia, exerce influência sobre seu meio ambiente. Esta atração descreve no espaço um gradiente; ela se atenua com a distância se ela não é reativada por polarizações secundárias, por retransmissões do pólo ou metrópole. À medida que a influência do pólo se esgota ou se reanima com a distância, ela engendra jogos de escala que fundam novas unidades geográficas (DI MÉO, 2008, p. 06).

O autor realça a centralidade exercida pela metrópole, ou seja, sua condição de “cabeça e matriz de rede”, associada a uma forte capacidade de atração e organização. Da mesma forma, Corrêa (1994) destaca o caráter complexo do espaço metropolitano, ligado ao fato de ser a um só tempo fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e campo de lutas. Esses pares dialéticos, que caracterizam todos os espaços urbanos, estão, na metrópole, potencializados; e acabam ganhando ainda mais complexidade diante das transformações recentes pelas quais passam esses espaços que,

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

na visão de Corrêa, podem ser sintetizadas em três itens: a descentralização e seu impacto no núcleo central, a ratificação de setores residenciais seletivos e a “explosão” da periferia popular.

O espaço metropolitano é, por excelência, um espaço relacional (HARVEY, 2012), pois a metrópole se constitui enquanto tal na relação permanente e reiterada com outros centros urbanos, formando uma área de influência. O conceito de metrópole apresentado por Ribeiro, Silva e Rodrigues (2011) está em consonância com essas considerações. Para eles a metrópole refere-se

[...] a aglomerados urbanos que apresentam as dimensões de polarização e concentração no território brasileiro nas escalas nacional, regional e local. A metrópole é identificada então como um espaço urbano com características metropolitanas que, internamente, também apresenta uma hierarquização, já que é um aglomerado com concentração de poder econômico, social, cultural que não é semelhante para todos os espaços, no caso, municípios nele inseridos. Entretanto, tais espaços apresentam níveis de integração à dinâmica do aglomerado correspondente, maior ou menor conforme o município (RIBEIRO, SILVA, RODRIGUES, 2011, p. 179).

O crescimento acelerado das metrópoles tem atingido um nível tal de complexidade que parece dar origem a novas formas urbanas, que ultrapassam a própria condição de metrópole. Aglomerações difusas que reúnem cidades fisicamente separadas, mas, conectadas entre si, a partir do alargamento dos limites da metrópole, que dispersam e espessam atividades, pessoas etc.

A esse respeito, Soja (2013) identifica que há cidades que adentraram em um novo processo, diferente da metropolização. Para ele, os antigos centros urbanos estão passando por uma diminuição de suas densidades, ao passo que os espaços suburbanos se adensam a partir da ocupação de espaços vazios, se tornando heterogêneos e se assemelhando ao tradicional centro da cidade. Isso permite que não só a cidade tenha mais de um centro, ainda que haja um centro principal, mas também que estes se formem sem necessariamente comporem a mesma malha urbana (SOJA, 2013).

Para Soja (2013), essas novas realidades se caracterizam como uma morfologia urbana que vai além de uma única escala, promovendo uma complexa convergência entre aquilo que se convencionou chamar de espaço intraurbano ou espaço urbano e a região, dando origem às cidades-região ou cidades regionais, resultantes do processo de urbanização regional policêntrica, que está articulada ao capitalismo financeiro e à

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

globalização. Esse tipo de urbanização costuma articular centros ou mesmo criar novos, ao passo em que vai se desenvolvendo.

No mesmo sentido, Magalhães (2008) identifica uma dificuldade em delimitar com clareza os limites das atuais metrópoles, devido ao fortalecimento da urbanização em seu entorno, pois alguns espaços metropolizados teriam adentrado em outra fase da urbanização, tornando-se pós-metrópoles.

Segundo Delgado (2003), a cidade-região se estabelece a partir de três subespaços: a área urbana conurbada, que apresenta claramente características de densidade, diversidade e complexidade econômica, política, cultural, etc. que marcam a metrópole; a coroa regional, o espaço periurbano próximo não conurbado onde ocorrem as difusões econômicas, sociais e urbanas; e a periferia regional, a qual não manifesta em seu espaço os processos de difusão. A delimitação das cidades-região é muito complexa, mas o deslocamento de pessoas e mercadorias, entre outras possibilidades, ajuda a reconhecer os seus contornos e limites. “A cidade-região abrange tanto o espaço metropolitano quanto o entorno diretamente a ele articulado, constituindo uma morfologia urbano-regional de caráter relacional, na qual a contiguidade física não se conforma como fator preponderante” (RIBEIRO, 2018, p. 6).

Ademais, a urbanização regional policêntrica está resultando no aumento das cidades-regiões, que não somente são impulsionadoras da economia global, mas também causam desigualdades e injustiças (SOJA, 2013), como a segregação socioespacial, a periferação de grupos sociais com menor poder aquisitivo e a disseminação de ocupações e outros assentamentos precários em espaços marginalizados.

O processo acelerado de uma urbanização desigual levou à formação de periferias urbanas onde se configuram consequências de uma precária inclusão que abarca grande parte da população carente. Os mecanismos de apropriação do território e de concentração de renda são fatores da crescente periferação das áreas metropolitanas, aumentando desigualdades e outros problemas em virtude do processo de segregação espacial (RESCHILIAN, 2005).

Isso está associado à formação de assentamentos precários, no contexto dos quais, realçam-se as questões de caráter político, principalmente porque o mercado ilegal de terras e as construções fora dos padrões urbanísticos dependem da tolerância do poder

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

público, que deve dar atenção às necessidades habitacionais e à problemática do direito à cidade.

Cardoso (2016) identifica quatro tipos de assentamentos precários: loteamentos clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados e favelas. Sobre este último, aqui compreendido como ocupações, são moradias precárias que, por estarem em solos irregulares, públicos ou privados, cresceram com padrões urbanísticos abaixo do solicitado pela legislação. Entre as capitais brasileiras, Belém apresenta a região metropolitana com a maior presença de assentamentos precários do país. Conforme Marques et. al (2007), metade da população dos municípios de Belém e Ananindeua vive com precariedade social e habitacional, enquanto Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará dispõem de assentamentos precários maiores do que dos municípios citados anteriormente, entretanto, com menor contingente populacional.

A expressividade dos assentamentos precários nas cidades brasileiras, especialmente nas formas urbanas mais complexas, evidencia o distanciamento em relação ao direito à cidade e à justiça espacial. O cidadão privado da essência da cidadania se vê em uma luta constante na busca de direitos básicos como comer, dormir, habitar e pelo espaço da vida na cidade. O debate da justiça espacial busca espacializar a desigualdade. Faz-se necessária a compreensão das diferenças socioespaciais em busca do bem-estar comum, os equipamentos urbanos de uso coletivo, os sistemas de transporte e os serviços urbanos, tendo o Estado como portador principal de ações justas no espaço.

Lefebvre (2001) considera que o direito à cidade não pode ser idealizado apenas como “um simples direito de visita ou de regresso às cidades tradicionais” (p.117), mas na perspectiva das necessidades antropológicas comercializadas, assim, a vida urbana que se dá no espaço do convívio e seu valor de uso pode ser concebida pelo “direito à vida urbana, transformada, renovada” (p.118).

Soja (2014) alega que os fundamentos do direito à cidade em Lefebvre remetem à busca por justiça, democracia e direitos dos cidadãos. Para o autor, existe uma “onipresença do desenvolvimento geográfico irregular e suas desigualdades espaciais associadas” (SOJA, 2014, p.112). Dessa forma, nenhum processo social acontece sem alteração no espaço, certas desigualdades sempre serão uma realidade e nunca haverá uma igualdade perfeita no espaço, pois sempre irá existir variações no âmbito do desenvolvimento sócio-histórico.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

O desenvolvimento geográfico destoante é um fato que acarreta as desigualdades individuais e sociais e, dessa forma, as injustiças tanto espaciais como sociais. Todas as vantagens ou oportunidades desiguais, sejam elas individuais ou coletivas, ao perpassarem pela dimensão espacial, podem ser visualizadas como injustiça espacial. Nesse quadro, reivindicar o direito à cidade torna-se complicado e, ao mesmo tempo, indispensável, como evidencia a análise da realidade concreta da cidade-região de Belém, no Estado do Pará, mais precisamente da Ilha de Mosqueiro e do município de Santa Bárbara do Pará.

4. Resultados e discussão

4.1. O espaço metropolitano de Belém: dispersão e precariedade

Com mais de quatro séculos de fundação, Belém é uma importante metrópole do Brasil na Amazônia. Apesar de estar em uma região marcada no imaginário nacional e internacional por suas características naturais, a capital paraense é um dos principais e mais complexos espaços urbanos brasileiros.

Santos (2021), ao estudar as metrópoles amazônicas de São Luís, Manaus e Belém, realça que a Amazônia metropolitana não é assinalada pela homogeneidade, mas pelo seu caráter diferenciado, como resultado das particularidades no plano sub-regional expressas nas dinâmicas de suas metrópoles.

A metropolização desempenha papel fundamental na constituição de “[...] redes de relações que mantêm a Amazônia, de forma variada, ligada às forças econômicas globais [...]” (SANTOS, 2021, p. 261). Isso no âmbito de uma rede urbana marcada por muitas fragilidades, evidenciadas pelas grandes distâncias entre as cidades, pela carência de infraestrutura e pela “grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais decisivos para sua participação ativa” (SATHLER, MONTE-MÓR; CARVALHO, 2009, p. 23).

A rede urbana da Amazônia assume cada vez mais uma forma complexa, com múltiplos circuitos em suas interações espaciais (CORRÊA, 1989), o que se expressa principalmente em seus espaços metropolitanos, suas cidades médias e nas conexões cada vez mais profundas com o restante do Brasil e do mundo.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

Segundo Trindade Júnior (1998), desde a década de 1960, Belém já apresentava características metropolitanas, todavia, assinalada por uma forma confinada, na qual as principais dinâmicas urbanas restringiam-se aos bairros da Primeira Léguas Patrimonial, como resultado da formação, nos anos 1940, do chamado “cinturão institucional”, um contínuo de instituições públicas nos limites da primeira léguas, que dificultava a expansão horizontal contínua da cidade (Figura 1).



Figura 1. Espaço metropolitano de Belém. Dispersão urbana. 2021. Organizado pelos autores.

Nesse contexto da metrópole confinada, intensificou-se o adensamento populacional de Belém, valorizando os terrenos de cotas altimétricas mais elevadas e impulsionando a ocupação das baixadas (áreas de cotas altimétricas mais baixas e sujeitas a inundações) por grupos empobrecidos.

A partir da década de 1970, como explica Trindade Júnior (1998), a expansão da malha urbana belenense ultrapassou o cinturão institucional, com crescimento rumo à Avenida Augusto Montenegro e à rodovia BR-316, o que fortaleceu o crescimento populacional, a periferização e proporcionou a conurbação com Ananindeua, Marituba, Icoaraci e Caratateua (Figura 1). Desse modo, a capital paraense passou por um processo de reestruturação, com uma redefinição dos seus espaços internos. Essa modificação proporcionou uma configuração de metrópole dispersa a Belém, com

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

intensa urbanização, crescimento da malha urbana e dos fluxos de população (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

Atualmente, muitos desses espaços focos da dispersão metropolitana configurada a partir dos anos 1970, mediante a instalação de moradias precárias (ocupações, conjuntos habitacionais e loteamentos irregulares), passa por um processo de valorização, materializado na instalação de serviços e de condomínios horizontais e verticais para grupos de rendas mais elevadas.

E as transformações vão muito além disso. De acordo com Ribeiro (2021), a realidade atual da forma urbana em questão não pode ser plenamente lida a partir da metropolização do espaço e da forma metropolitana, pois o aprofundamento das articulações com cidades do entorno, como Castanhal e Barcarena, a intensificação dos fluxos em escala regional e as razoáveis modificações nos subúrbios aproximariam esta realidade da forma cidade-região e do processo de urbanização regional policêntrica (SOJA, 2013). Nas palavras de Ribeiro (2021, p. 116):

A urbanização regional policêntrica [...] não descarta ou se opõe à metrópole e à metropolização, a contém e ultrapassa, por incorporar dinâmicas, centralidades e ações de origens diversas no plano da rede urbana. Logicamente, a metrópole e os processos dela emanados continuam tendo o protagonismo, entretanto, não são os únicos e a força advinda das outras centralidades é crescente. No caso analisado, da cidade-região de Belém, a quase totalidade dos municípios que a integram possui um crescimento econômico maior que o núcleo metropolitano nos últimos anos. Além disso, a cidade de Castanhal desenvolve papéis de cidade-média e tem em sua própria área de influência o motor de seu fortalecimento, o que não impede sua substancial articulação com o espaço metropolitano e, por conseguinte, sua participação na cidade-região. Suas contribuições, não advindas da metrópole, são importantes componentes da cidade-região. Nesses termos, o processo de urbanização regional policêntrica, enquanto instrumento de interpretação da realidade, apresenta vantagens sobre a concepção de metropolização do espaço, pois admite lógicas mais diversas em sua composição.

A cidade-região de Belém, como forma (Figura 2), estruturada em espaço metropolitano e entorno metropolitano, e a urbanização regional policêntrica, enquanto processo, se evidenciaria a partir da

[...] diversidade de renda e de tipos de assentamentos dos grupos sociais nas antigas e novas áreas dispersas; dispersão dos espaços de consumo; ampliação da escala da dispersão e da configuração das novas periferias; e fortalecimento de outras centralidades (além do

núcleo metropolitano) e, conseguinte, diversificação e complexificação dos fluxos (RIBEIRO, 2021, p. 116).

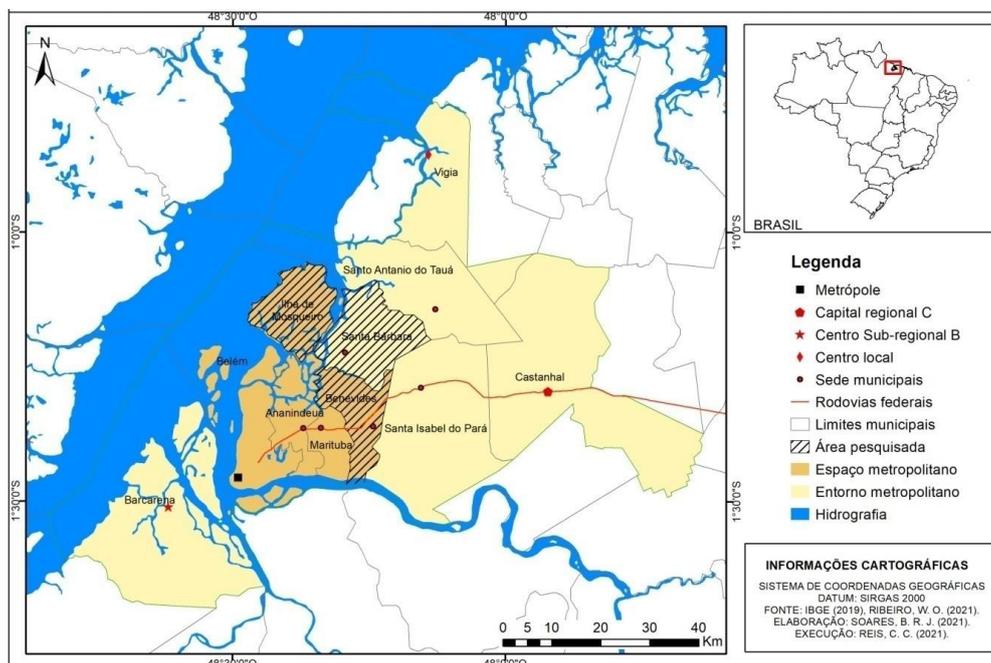


Figura 2. Cidade-região de Belém. Novos espaços de dispersão: Benevides, Santa Bárbara e Mosqueiro. 2022. Organizado por Soares (2022).

Na esteira desse processo, em uma faixa da cidade-região de Belém localizada nos limites do espaço metropolitano, formada por Benevides, Santa Bárbara do Pará e Mosqueiro (Figura 2), ampliou-se de forma significativa a produção de moradias precárias. Na sequência são apresentados resultados das investigações realizadas em Santa Bárbara do Pará e Mosqueiro.

4.2. Novas áreas de dispersão do espaço metropolitano de Belém: o caso de Santa Bárbara do Pará

Mendes (2018), ao abordar a formação do município de Santa Bárbara do Pará, informa que, em 1920, já era possível identificar três adensamentos, todavia, o até então distrito era subordinado a outras cidades da região, realidade que mudou com a abertura da PA-391, que atraiu população, especialmente de baixa renda, para o distrito e se tornou via de acesso à ilha de Mosqueiro. A emancipação municipal se deu apenas com a Lei Estadual nº 5.963/1991 (Figura 3).

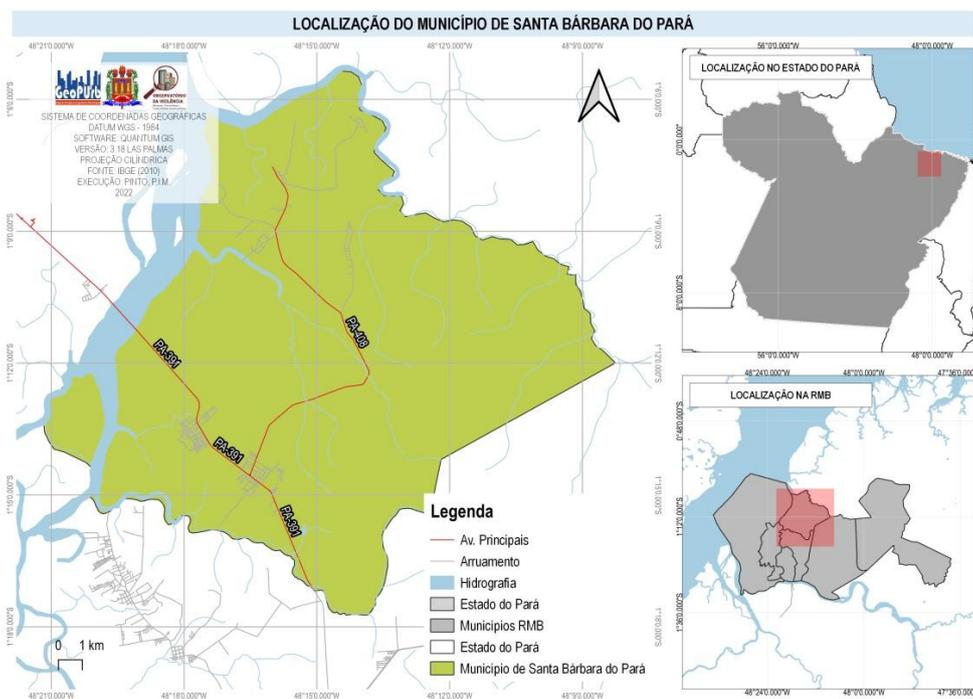


Figura 3. Região Metropolitana de Belém. Localização do Município de Santa Bárbara do Pará. 2021. Organizado pelos autores.

Em 2010, o município de Santa Bárbara do Pará possuía 17.141 habitantes e densidade demográfica de 61,62 hab./km² (IBGE, 2011). O censo demográfico brasileiro de 2022 registrou 21.087 residentes (IBGE, 2024), um acréscimo de 3.946 habitantes em relação a 2010. Conforme o IBGE (2020), o município registrou um Produto Interno Bruto, em 2019, no valor de R\$ 181.390,61 (×1000). Em sua análise sobre a cidade-região de Belém, Ribeiro (2021, p. 113) identifica que “Santa Bárbara do Pará possui a particularidade de ser dotada de duas áreas, apesar de próximas, com concentração de atividades de comércio e serviços, o centro principal e Pau D’arco”.

O município de Santa Bárbara do Pará possui disparidades socioeconômicas que se refletem nas condições de moradia de sua população. Em seus estudos, Marques et. al (2007) apontam para diversas dificuldades relativas às questões habitacionais, dentre elas a heterogeneidade das ocupações, grande empecilho à realização de estudos que possibilitem a compreensão da realidade dos assentamentos precários. De acordo com Marques et al (2007), o município de Santa Bárbara também apresenta tais realidades.

Os municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará detinham a mais alta concentração de assentamentos precários, porém com um contingente menor em termos populacionais. A vasta maioria dos domicílios localizados em áreas urbanas nestes três municípios apresentava características habitacionais e socioeconômicas muito precárias. [...] No caso de Santa Bárbara do Pará, havia somente 3

setores censitários urbanos no município e todos eles foram classificados como precários. Estes setores congregavam 800 domicílios onde residiam cerca de 4 mil pessoas. Em outras palavras, apesar de apresentarem uma proporção mais alta de domicílios e pessoas vivendo em assentamentos precários, em termos quantitativos, o número de potenciais beneficiários de políticas de habitação nestes três municípios da RM de Belém é menor comparativamente a Belém e Ananindeua (MARQUES et. al, 2007, p. 62).

Portanto, o município de Santa Bárbara se configura a partir da predominância de assentamentos precários, com a marginalização de boa parte da população. Através dos dados obtidos pelo IBGE no Censo de 2010, é possível espacializar os aglomerados subnormais¹ no município, esforço este representado na Figura 4.

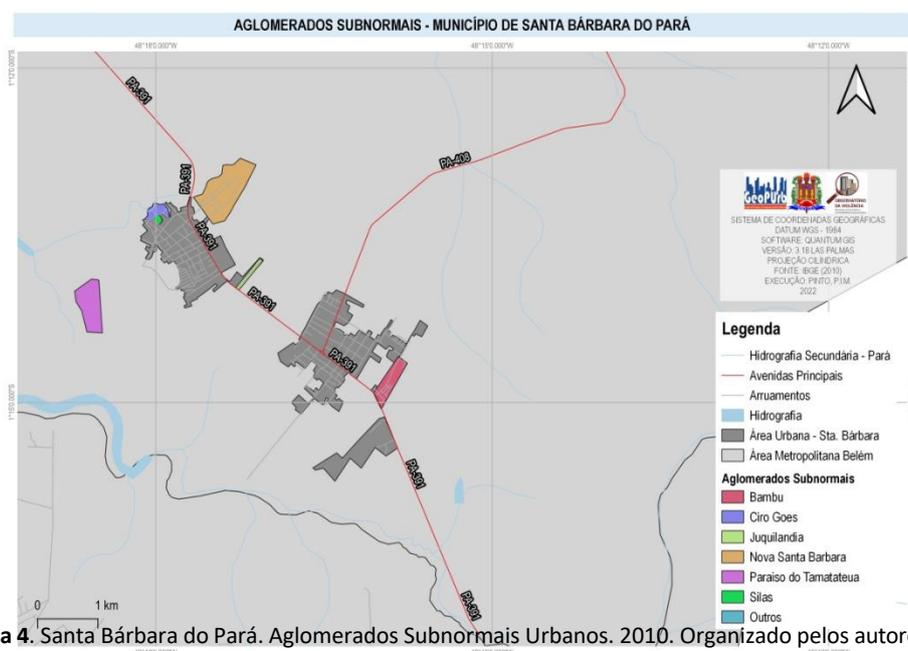


Figura 4. Santa Bárbara do Pará. Aglomerados Subnormais Urbanos. 2010. Organizado pelos autores.

¹ Para seu reconhecimento, o IBGE utiliza critérios que levam em consideração se a ocupação da terra ocorreu a partir da ocupação ilegal de uma propriedade pública ou particular, possuindo ou não título de propriedade do terreno há no máximo 10 anos. Além disso, é necessário que o aglomerado tenha atendimento insuficiente pelos serviços públicos e/ou esteja fora do padrão de urbanização, com tamanhos e formas diferentes de moradias e vias (IBGE, 2010). Vale ressaltar as limitações que este conceito possui, pois as estimativas para classificar os aglomerados subnormais possuem muitas variáveis, já que os resultados dependem da atualização dos dados cartográficos utilizados no planejamento do censo, que ocorre a partir da parceria entre o IBGE e outros órgãos públicos. Além disso, a classificação dos aglomerados subnormais a partir de 51 unidades habitacionais exclui as ocupações com menores quantidades de moradias, implicando em dados menores do que o real de suas populações.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

O mapa da Figura 4 representa os aglomerados subnormais na área urbana de Santa Bárbara do Pará, num total de seis espaços. Destes, cinco estão na sede: Paraíso do Tamatateua, Silas, Ciro Goes, Nova Santa Bárbara e Juquilândia. Já em Pau D'arco, apenas o aglomerado Bambu está presente. Todavia, todos os aglomerados subnormais estão às margens das áreas centrais de Santa Bárbara.

Conforme os moradores, a Comunidade Juquilândia se iniciou há 17 anos, quando se deu a ocupação organizada pelos próprios moradores. Após decisão judicial, houve uma negociação com a proprietária do terreno para que as famílias não fossem despejadas. Assim, cada morador teve que pagar à proprietária para adquirir o terreno.

A Comunidade possui uma única entrada, uma vez dispondo de apenas uma rua. Nela, encontra-se um portão colocado por iniciativa dos próprios moradores. A via foi recentemente asfaltada. De acordo com o relato dos moradores, foi realizado pelo governo do Estado, todavia, ficou incompleta, já que o início e o final da via (Figura 5A) não receberam serviços de asfaltamento. A via possui iluminação pública, com postes e lâmpadas, porém, com necessidade de manutenção.



Figura 5. Santa Bárbara do Pará. Via pública (A) e Abastecimento de Água (B) na Comunidade Juquilândia. 2022. Organizado pelos autores.

As casas possuem energia elétrica regularizada com a empresa que abastece o estado, a Equatorial S. A. O abastecimento de água às residências é feito a partir de uma caixa d'água instalada pela Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará (Figura 5B). Anteriormente, os moradores utilizavam poços simples, que são perfurados manualmente até o início do lençol freático, os quais podem ser observados nas

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

residências. Com relação à coleta de lixo, os entrevistados relataram que a coleta é realizada duas vezes na semana.

A Comunidade não possui rede de esgoto, o escoamento é feito para a rua. Alguns moradores relatam que escoam para suas residências água advinda do condomínio ao lado, o Granja Colares. Para compreender a articulação dos residentes da Comunidade Juquilândia com as áreas de concentração de serviços do município de Santa Bárbara do Pará e dos demais municípios da cidade-região de Belém, durante as entrevistas foi questionado sobre os motivos que levavam os moradores a se deslocar até esses espaços. Além disso, se perguntou sobre para onde eles se deslocavam quando buscavam serviços. O Quadro 1 demonstra a localização onde os entrevistados obtêm acesso aos serviços.

Quadro 1. Santa Bárbara. Localização de serviços demandados por moradores da Comunidade Juquilândia.

SERVIÇOS	LOCALIZAÇÃO			
	JUQUILÂNDIA	PAU D'ARCO	SEDE DE SANTA BÁRBARA	OUTROS MUNICÍPIOS
Creches			X	
Escolas		Fonte: Elaboração própria.	X	
Hospitais			X	X
Postos de saúde			X	
Posto de saúde			X	
Agências bancárias			X	
Agências bancárias			X	
Supermercados		X	X	
Mercearias	X			
Centros comunitários			X	
Praças		X	X	
Quadras de esportes		X		

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

moradores de Juquilândia busquem lá esse serviço, mas de outras partes de Santa Bárbara também.

Assim, confirma-se a centralidade de Pau D'arco, já que tem aproximadamente 2,1 km de distância da Comunidade e consegue ofertar serviços para estes moradores. Por sua vez, o centro dispõe da maioria dos serviços demandados pelos residentes da Comunidade, totalizando nove serviços. Distante aproximadamente 1,3 km de Juquilândia, apenas as creches e os centros comunitários são procurados exclusivamente na sede do município, os demais serviços também são encontrados pelos entrevistados em Pau D'arco ou em outros municípios. Desse modo, a concentração de serviços procurados na sede municipal reforça sua condição de centro de Santa Bárbara.

Dos serviços obtidos em outros municípios, os entrevistados relataram a procura por hospitais e agências bancárias. Os primeiros eles buscam inicialmente no centro de Santa Bárbara, todavia, em função da escassez de consultas especializadas no município, há a necessidade de se deslocar para outras localidades, com destaque para Benevides, devido à proximidade, e Belém, pela concentração de hospitais públicos. Além disso, foi ressaltado, como um importante fator de deslocamento, o saque de auxílios advindos de programas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, na casa lotérica presente em Pau D'arco. Contudo, demais serviços bancários relativos a esses programas federais são realizados apenas em outros municípios.

Com a finalidade de entender tanto as necessidades, quanto os anseios da Comunidade Juquilândia, foi questionado durante a entrevista com os moradores quais serviços prestados eles acreditavam que deveriam melhorar. Para representar essas informações, o gráfico 1 apresenta esses dados trazendo os seis serviços relatados pelos

entrevistados.

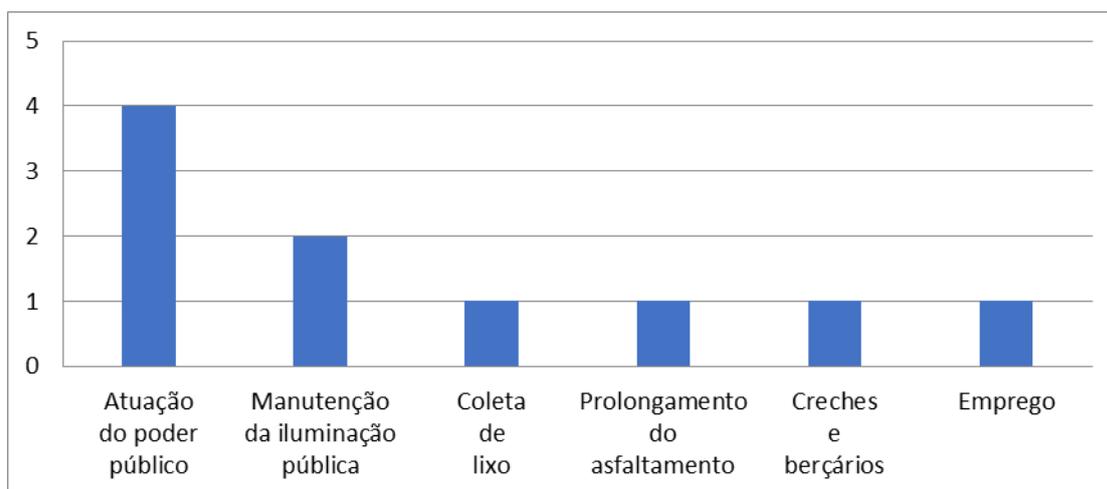


Gráfico 1. Santa Bárbara do Pará. Serviços que precisam melhorar segundo moradores da Comunidade Juquilândia. 2022. Fonte: Elaboração própria.

Por meio dos elementos apresentados no Gráfico 1 se percebe a necessidade da atuação mais efetiva do poder público na Comunidade, pois a maioria dos serviços apontados lhe compete diretamente. Uma maior atuação do poder público foi a principal queixa dos moradores. A manutenção da iluminação pública foi o segundo serviço mais apontado pelos entrevistados, que o relacionaram a maior vulnerabilidade a práticas criminosas.

Vale destacar o serviço de prolongamento do asfaltamento, uma vez que esta foi uma obra recentemente implantada na Comunidade, mas que não alcançou a todos moradores, ao mesmo tempo em que afeta todos, pois a entrada da comunidade não recebeu esse serviço. O aumento da coleta de lixo, de creches e berçários, assim como a maior oferta de emprego também foram itens apontados pelos moradores como ações que melhorariam as condições de vida da comunidade.

Desta forma, a situação de moradia na Comunidade Juquilândia se apresenta em condições precárias, pois sua infraestrutura, tal como iluminação pública, pavimentação e asfaltamento, como demonstrado na figura 5A, não abrange a população da comunidade em sua totalidade. Assim, seus moradores são acometidos a injustiças espaciais que não lhes permitem boas condições para viver, além de não lhes ser assegurado o direito à cidade, porque estão subjugados a um estado ineficiente de sua utilização.

4.3. Novas áreas de dispersão do espaço metropolitano de Belém: o caso de Mosqueiro

A ilha de Mosqueiro é um distrito do município de Belém que está a 70 km da área central da metrópole (Figura 6). Ela apresenta como vias principais a PA-391, que intercepta a BR-316, e conta com a ponte Sebastião R. de Oliveira para articular a ilha aos demais municípios do estado. Mosqueiro conta com uma área de 212 km² e um quantitativo populacional aproximado de 28 mil habitantes (IBGE, 2011). Sua população se concentra junto às praias, especialmente no oeste da Ilha. As concentrações de domicílio ficam junto às orlas e a periferia cresce às suas adjacências. Ao todo, são 15 praias de água doce e 19 bairros de Belém.

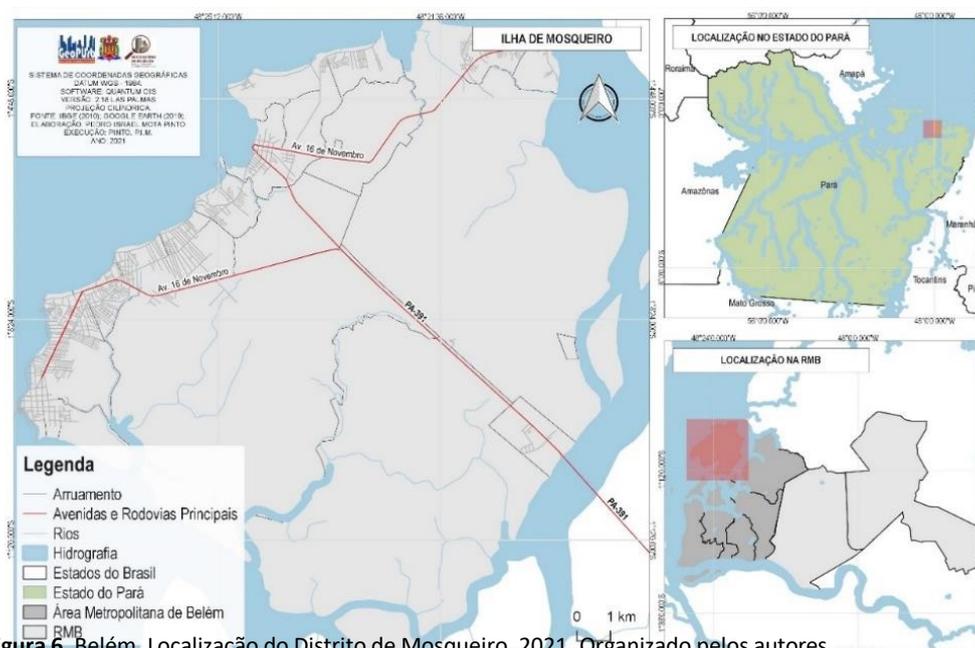


Figura 6. Belém. Localização do Distrito de Mosqueiro. 2021. Organizado pelos autores.

Desde o final do século XIX, o arquipélago desempenhou papel de espaço de lazer, principalmente por suas praias, realidade que se manteve até final dos anos 1990, com Mosqueiro sendo amplamente usada por grupos de altas e médias rendas de Belém. No início dos anos 2000, intensificaram-se os usos dos grupos de baixa renda, criando conflitos de territorialidades, reordenamentos territoriais e movimentos de desterritorialização. Não exatamente como resultado disso, mas concomitantemente e de forma associada aos reordenamentos no uso das praias, outras mudanças passaram a se evidenciar no arquipélago, com destaque à reprodução de assentamentos precários, sob a forma de loteamentos privados e de ocupações, principalmente.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

Ferreira (2010) evidencia a expressiva presença de ocupações em Mosqueiro (Quadro 2), tendo parte significativa delas surgido entre os anos de 2000 e 2008, o que autorizou o autor a constatar que Mosqueiro “vem se conformando como um novo espaço de assentamentos residenciais precários, onde se percebe, por conta disto, o aumento da concentração de pobreza em seu território” (FERREIRA, 2010, p.117).

Quadro 2. Distrito de Mosqueiro/Belém. Ocupações e seus respectivos bairros. 2008

Nº	OCUPAÇÃO	BAIRRO DE LOCALIZAÇÃO	Nº	OCUPAÇÃO	BAIRRO DE LOCALIZAÇÃO
01	Pantanal	Vila	17	Pução	Carananduba
02	Cajueirinho	Maracajá	18	Curvão	Carananduba
03	Poeirão	Praia Grande	29	Bairro Novo	Carananduba
04	Fazenda Clube	Praia Grande	20	Lote do Mendes	Carananduba
05	Jardim Rosália	Chapéu Virado	21	Estrela da Manhã	Carananduba
06	Prainha	Prainha	22	Coréia	Carananduba
07	Murubira	Murubira	23	Abril	Carananduba
08	ASGB	Murubira	24	Caruará	Caruará
09	Consciência	Porto Arthur	25	Vale do Paraíso	Paraíso
10	Variante	Murubira	26	APROAR	Sucuri/Juquara
11	Vasco da Gama	Murubira	28		
12	Ariramba (Coragem)	Ariramba	27	Ipixuna	Baía do Sol
13	Terra Alta	Francisco	28	São Geraldo	Baía do Sol
14	Igaracoco	São Francisco	29	Parque Severino	Baía do Sol
15	Cajueiro (Vila Sapo)	Carananduba	30	Dorothy I	PA-391
16	Vila de pescadores	Carananduba	31	Dorothy II	Rod. BL-13

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

fruto desse processo, a Figura 7 apresenta sua representatividade e espacialização no distrito de Mosqueiro.

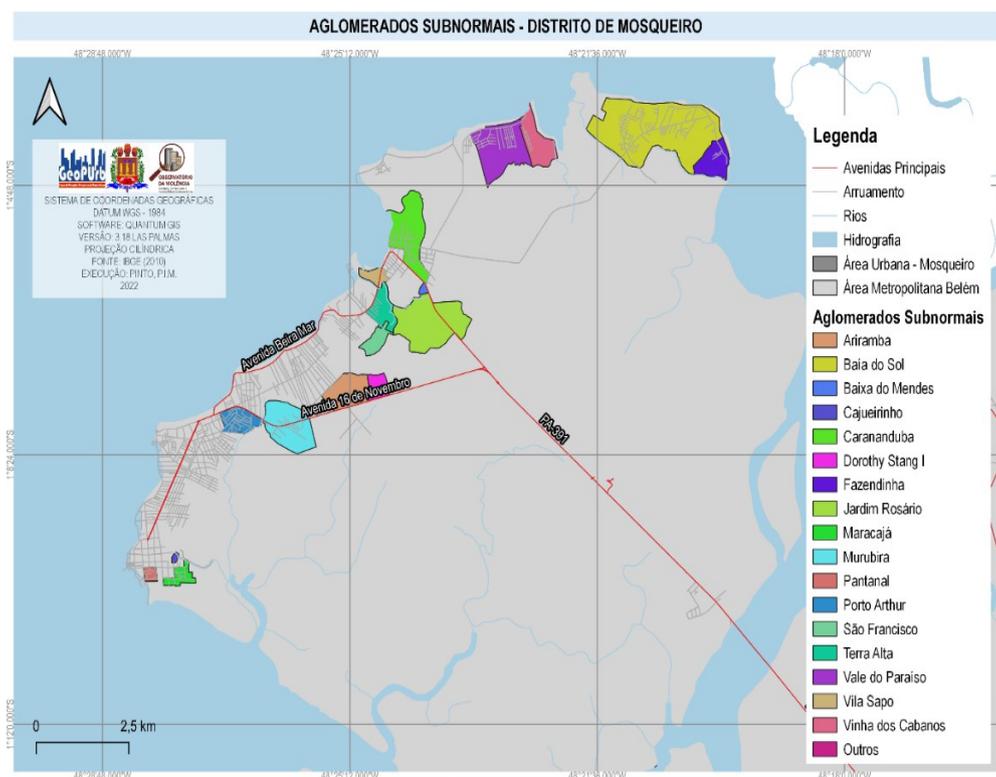


Figura 7. Belém. Aglomerados subnormais no distrito de Mosqueiro. 2010. Organizado pelos autores a partir de IBGE (2010).

A partir da observação da Figura 7, percebe-se que o distrito de Mosqueiro possui 17 aglomerados subnormais identificados, os quais estão dispostos ao longo dos principais eixos viários, como a Avenida 16 de Novembro, a Avenida Beira Mar e a PA-391. Dentre eles, alguns são mais antigos, enquanto outros são mais recentes e se ligam ao momento da urbanização regional policêntrica.

Para compreender as características desses espaços de moradia em Mosqueiro, como eles se apresentam do ponto de vista do direito à cidade e da justiça espacial, bem como suas articulações com os espaços centrais da metrópole, foram realizados trabalhos de campo na ocupação Bairro Novo, existente acerca de 30 anos e localizada no bairro do Carananduba. Um dos moradores mais antigos entrevistados relatou como se deu a ocupação:

Eu não morava aqui, morava para o São Francisco, aí o que aconteceu... isso aqui foi uma área de invasão que teve, se não fui o primeiro nem o segundo, acho que fui o terceiro ou quarto morador

daqui, a gente morava mais na outra rua, não tinha tudo isso de casa, na época, isso aqui era um matagal imenso [...] devido à necessidade do pessoal, invadiram tudo, a gente que é morador daqui pode dizer que dá um pouco de tristeza de ver pouco do amparo do poder público sobre a questão de ajudar a ensinar as pessoas alguma coisa, as vezes o motivo da pessoa não progredir muito é porque não tem o conhecimento e o aprendizado, pelo menos uma profissão. Nossa área surgiu assim, através de uma invasão, na necessidade de moradia e graças a Deus que toda essa área aqui foi apropriada, só que foi perdido a benfeitoria de posse mas hoje em dia já é tudo regularizado. (Morador do Bairro Novo, informação verbal, 2022).

Através do relato obtido, das demais entrevistas e das observações em campo, se nota que o Bairro Novo é fruto da necessidade de habitações à população de baixa renda de Mosqueiro, bem como do restante da cidade-região de Belém. Além disso, é possível identificar a atuação do poder público, mas que ocorre de modo escasso, assim como uma demanda por melhores condições de ensino e de trabalho. Para entender as condições de infraestrutura, a Figura 8 retrata as ruas transversais da ocupação, sendo a Figura 8A correspondente à Rua Fabiano Maciel e a figura 8B correspondente à passagem José Sarmiento.



Figura 8. Belém. Ruas transversais do Bairro Novo no Distrito de Mosqueiro. 2022. Organizado pelos autores.

Ao observar a Figura 8, percebe-se que a principal rua da ocupação está pavimentada, com instalação de sistema de esgoto e calçamento, serviço que, conforme os moradores, foi realizado em janeiro de 2022. No entanto, as ruas transversais ainda continuam sem estas infraestruturas, o que confirma sua característica como um assentamento precário, onde se configura a ausência de condições básicas à vida e, quando elas chegam, não abrangem toda a população que ali reside.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

Para compreender a articulação dos residentes do Bairro Novo com as áreas de concentração de serviços de Mosqueiro e dos demais municípios da cidade-região de Belém, durante as entrevistas foi questionado sobre os motivos que levavam os moradores a se deslocar até esses espaços. Além disso, perguntou-se sobre para onde eles se deslocavam quando buscavam alguns serviços. O Quadro 3 expõe os resultados.

Quadro 3. Ocupação Bairro Novo. Locais de oferta de serviços básicos, segundo os moradores entrevistados. 2022

SERVIÇOS	LOCALIZAÇÃO		
	BAIRRO NOVO	VILA DE MOSQUEIRO	OUTROS MUNICÍPIOS
Creches	Fonte: Elaboração própria.		
Escolas	Os moradores da ocupação Bairro Novo, apesar dos serviços listados estarem presentes na localidade, reconhecem uma precarização e manifestam insatisfação, dando destaque para o transporte público e às agências bancárias, presentes somente na área central de Mosqueiro ² , que funcionam de modo limitado, apenas para recebimento de auxílios financeiros do governo ou para pagar as contas. Segundo os residentes da ocupação, considerando os transportes alternativos, o tempo de deslocamento até o centro da Vila chega a 30 minutos, porém todos os entrevistados consideraram o transporte alternativo, tendo em vista o tempo de espera, frota reduzida, superlotação e pouco conforto na viagem.		
Hospitais	X	X	
Postos de saúde	X	X	
Postos policiais	X	X	
Agências bancárias	X	X	X
Farmácias	X	X	
Supermercados	X	X	
Mercearias	X	X	
Centros comunitários	X	X	
Praças	X	X	
Quadras de esportes	X	X	

Para entender tanto as necessidades quanto os anseios dos habitantes do Bairro Novo, foi questionado durante as entrevistas com os moradores quais serviços prestados

² Entende-se como área central de Mosqueiro a Vila juntamente de parte da Avenida 16 de Novembro.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

eles acreditavam que deveriam melhorar. Para representar essas informações, o Gráfico 2 apresenta esses dados trazendo 4 serviços.

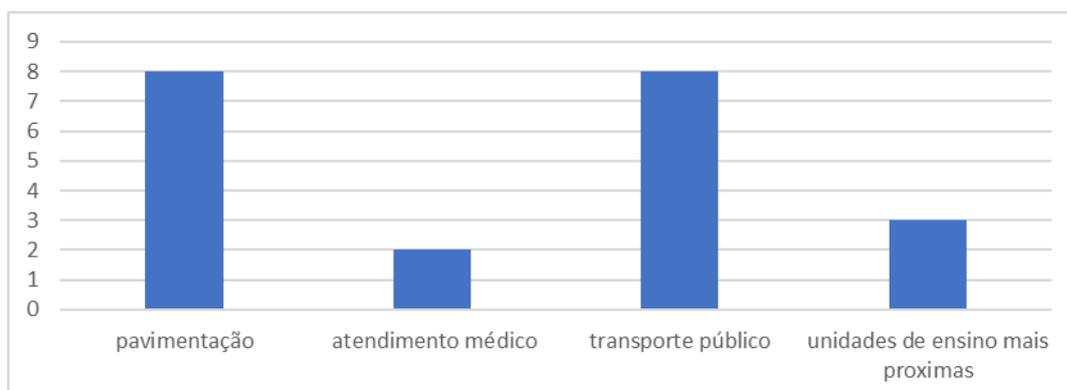


Gráfico 2. Belém/Distrito de Mosqueiro. Serviços que precisam melhorar, segundo moradores da Comunidade Bairro Novo. 2022. Fonte: Elaboração própria.

Durante as entrevistas, todos alegaram necessidade de revitalização das ruas, pois Mosqueiro estaria “muito suja e cheia de buracos”. Ao comparar esse relato com a Figura 8, verifica-se que ruas transversais da ocupação continuam na piçarra, enfrentando problemas com buracos e alagamentos, em especial no período de grandes índices de chuvas. Além da pavimentação, dois entrevistados chamaram a atenção para a necessidade de um atendimento médico melhor, mais acessível, pois, apesar da existência de um posto de saúde próximo, para se consultar é necessário ir para a fila na madrugada, pegar uma ficha, para agendar as consultas dos poucos procedimentos presentes na unidade.

Ademais, três entrevistados expuseram o desejo de ter uma universidade mais próxima, devido ao ensino superior público e gratuito estar localizado principalmente na área central de Belém, além do fato de que os moradores da ilha se formam, mas não conseguem exercer a profissão em Mosqueiro, por falta de empregos e oportunidades.

A partir da pesquisa realizada na ocupação Bairro Novo, verificou-se que os assentamentos precários em Mosqueiro estão se formando em áreas com potencial de crescimento e dispersão, devido ao contingente populacional que se expande horizontalmente, aprofundando as desigualdades na malha urbana. Nesse contexto de precarização, percebe-se que esses espaços estão sendo produzidos de forma irregular, devido à necessidade de habitação, com injustiças espaciais que podem facilmente ser identificadas na baixa qualidade do sistema de transporte, na precária iluminação

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

pública, entre outros fatores. Logo, questiona-se também o direito à cidade, pois a formação de assentamentos precários ocorre como consequência da ineficiente inclusão da população de menor renda no mercado imobiliário formal, da falta de acesso a moradias de qualidade e equipamentos urbanos, das ruas sem pavimentação e sem rede de tratamento de esgoto, na cidade com um todo.

5. Considerações Finais

Belém passa por um processo de reestruturação urbana o qual se expressa a partir de fatores associados a uma urbanização regional policêntrica que produz uma cidade-região com espaços de consumo dispersos, disparidade de renda dos grupos sociais das áreas dispersas, desenvolvimento de outras centralidades e configuração de novos espaços precários cada vez mais distantes do núcleo metropolitano.

Compreender essa nova realidade requer considerar a produção e consumo do espaço, o uso da terra e a sua inserção em um espaço urbano fragmentado e articulado, o crescimento acelerado das metrópoles e a produção de novas formas urbanas, a configuração de assentamentos precários e a segregação socioespacial. Nesse contexto, Mosqueiro e Santa Bárbara do Pará compõem a cidade-região nos limites de seu espaço metropolitano. Nas últimas décadas, eles se encontram de forma crescente na condição de espaços precários distantes voltados aos grupos de baixa renda marcados pelo surgimento de novos assentamentos.

Nesse contexto, suas ocupações tornaram-se estudos de caso dessa investigação, em razão de suas precariedades de moradias e pelas injustiças espaciais que negam aos seus moradores um efetivo direito à cidade. Levando em consideração as formações das ocupações, suas configurações espaciais e os modos como suas populações se apropriam do espaço, tanto Mosqueiro como Santa Bárbara mostram que o direito à habitação não se limita apenas em ter uma residência para morar, devido suas infraestruturas deficientes e frágeis ofertas de serviços públicos e privados de grande relevância aos moradores. No Bairro Novo, em Mosqueiro, não se notou nos moradores entrevistados percepção relativa ao processo de segregação socioespacial, nem de estigmas negativos construídos sobre eles, porém, as deficiências quanto aos serviços e à infraestrutura evidenciam a não garantia do direito à cidade e da justiça espacial.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

Em Santa Bárbara, se constatou que a Comunidade Juquilândia possui infraestrutura precária, onde serviços públicos como asfaltamento, pavimentação, abastecimento de água e manutenção da iluminação pública ainda estão pendentes, uma vez que não atendem de maneira eficiente toda a Comunidade. Dessa forma, seus moradores são afetados com injustiças espaciais que não lhes permitem boas condições para viver.

Além disso, a localização de Juquilândia entre as duas áreas centrais do município favorece a utilização de serviços de ambos os centros de Santa Bárbara por seus moradores. Todavia, a escassez de caixas eletrônicos e de especialidades médicas no município, por exemplo, precariza esses serviços. Assim, não é garantido aos residentes de Juquilândia seu direito à cidade. Por fim, seus habitantes ainda enfrentam dificuldades para viver, cabendo ao Estado ampliar a atuação na Comunidade para garantir aos moradores condições dignas. Desse modo, seja em Santa Bárbara seja em Mosqueiro, a precariedade se faz presente, assim como a justiça espacial e o direito à cidade estão distantes dos níveis satisfatórios, dando aos seus habitantes condições insuficientes para que possuam uma vida justa e de qualidade.

Financiamento:

Universidade do Estado do Pará - UEPA, Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por meio de bolsas de estudo.

5. Referências Bibliográficas

CARDOSO, A. L. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (editores). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016. p. 29-52. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6801#:~:text=O%20livro%20traz%20estudos%20de,persist%C3%Aancia%20ao%20longo%20do%20tempo>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017. 192p.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989. 96p.

CORRÊA, R. L. O espaço metropolitano e sua dinâmica. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**, 17, Rio de Janeiro, 1994, p. 24-29.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995. 96p.

DAVANZO, A. M. Q.; PIRES, M. C. S.; NEGREIROS, R.; SANTOS, S. M. M. Metropolização e rede urbana. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. (org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011. p. 97-108. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3280?mode=full> . Acesso em: 11 jan. 2022.

DELGADO, J. La urbanización difusa, arquetipo territorial de la ciudad-región. **Sociológica**, año 18, n. 51, p. 13-48, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3050/305026632002.pdf> . Acesso em: 10 abr. 2022.

DI MÊO, G. Introdução ao debate sobre a metropolização. **Confin**s [Online], n. 4, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/confin.5433>

FERREIRA, H. L. D. **Expansão urbana e periferização em áreas de interesse turístico: o caso da ilha do mosqueiro, Belém (PA)**. 154p. Dissertação (Mestrado em Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Pará. 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1j-O_y-fr4JtqcLNuimpoZ1Ej-trbSvsv/view . Acesso em: 29 jan. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais primeiros resultados**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto interno bruto dos municípios 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades [online]**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santa-barbara-do-para/panorama> . Acesso em: 28 jan. 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001. 144p.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. 476p. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf . Acesso em: 20 fev. 2022.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

MAGALHÃES, F. N. C. Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 2 / novembro, p. 9-27, 2008. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2008v10n2p9>

MARQUES, E. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: CEM- Cebrap; Secretaria Nacional de Habitação; Ministérios das Cidades, 2007. 393p. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/relatorio-assentamentos-precatorios-no-brasil-urbano.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2022.

MENDES, L. A. S. A geografia-histórica da região metropolitana de Belém. **Revista espacialidades**. [S. l.], v. 14, n. 1, p. 10-39, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2018v14n01ID17798>

RESCHILIAN, P. R. Dinâmica urbana e pobreza: a favela como expressão da inclusão precária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 1, n.1, p. 52-70, 2005. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v1i1.81>

RIBEIRO, L. C. Q.; SILVA, É. T.; RODRIGUES, J. M. Metrôpoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 120, p. 177-207, 2011. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/232> . Acesso em: 18 nov. 2023.

RIBEIRO, W. O. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 12, n. 1, abr/2018, p. 132-154. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v12i1.43695>

RIBEIRO, W. O. Belém: urbanização regional policêntrica e cidade-região. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 80, p. 97–118, 2021. DOI: 10.14393/RCG228054687

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006. 388p.

SANTOS, T. V. **Metrôpoles amazônicas: dinâmicas regionais, estruturas urbanas e políticas de planejamento e gestão em Belém, Manaus e São Luís**. Belém: Paka-Tatu, 2021. 276p.

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. M. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 19 (1), 11-39, janeiro-abril de 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512009000100002>

SOARES, B. R. J. **Produção de moradias precárias e urbanização regional policêntrica em periferias distantes da cidade-região de Belém**. 203p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1bHX7iQbF6x9DtjOdtJkLAKs0KjA3i8e8/view> Acesso em: 30 jan. 2023.

RIBEIRO, W. O.; PINHEIRO, N. S.; ROSA, L. M. S.

SOJA, E. W. Para além de *postmetropolis*. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

SOJA, E. W. **En busca de la justicia espacial**. Valencia: Tirant Humanidades, 2014. 312p.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 395p. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP, São Paulo. 1998.